



ANOS DE ÓBICE À MENTORIA ESTRANGEIRA: o caso do CEP 1916-1918

XXI Colóquio de História Militar

13 de Novembro de 2012

TCor Cav Miguel Freire (Academia Militar)

“ÓBICE À MENTORIA ESTRANGEIRA: O CASO DO CEP 1916-1918”

“ÓBICE À MENTORIA ESTRANGEIRA: O CASO DO CEP 1916-1918”	1
INTRODUÇÃO	2
A TRANSFORMAÇÃO EM TEMPO DE GUERRA E A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO	3
A Difusão de Ideias	3
Fatores de retenção ou rejeição de ideias	5
O EXÉRCITO PORTUGUÊS	6
Fatores Situacionais Externos, Internos e Opções Políticas	7
A MENTORIA BRITÂNICA	9
Nível político-militar	9
Missão Militar Portuguesa à Grã-Bretanha e a França, em 1914	9
<i>British Military Mission (Lisbon)</i>	10
Nível Operacional	12
<i>British Mission with Portuguese Corps</i>	12
Relações de comando e inter-pessoais entre os altos comandos	13
Nível Tático	14
Compatibilidade Cultural	17
CONCLUSÕES	18
ARQUIVOS	19
BIBLIOGRAFIA	19

Este trabalho só foi possível no âmbito do Projeto de Investigação da Academia Militar “O Exército Português na Grande Guerra, 1914-1918” que permitiu o acesso a documentação recolhida no *National Archives Public Record Office (NA-PRO)*, Londres (Kew Gardens), no mês de Setembro de 2012. Pelo pouco tempo disponível até à comunicação no XXI Colóquio de História Militar trata-se apenas de um estudo exploratório.

O autor agradece aos seus camaradas d’armas do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares da Academia Militar o ambiente académico em que trabalha, nomeadamente ao Professor António Telo que lhe tem proporcionado interessantes pontos de reflexão.

INTRODUÇÃO

A história do Exército Português tende a revelar que as transformações sob influência estrangeira de que é alvo são eficazes enquanto a guerra ou a sua ameaça, bem como essa influência, se mantêm. Contudo, essas transformações não são suficientemente assimiladas de forma a mobilizar sustentada e constantemente as elites políticas e militares para a importância dos assuntos militares e para uma cultura militar que se traduza numa liderança forte e esclarecida capaz de gerar um Exército proficiente para Operações.

O estudo exploratório apresentado segue uma linha iniciada noutros trabalhos já apresentados em anteriores Colóquios de História Militar¹ e que pretenderam contribuir, direta ou indiretamente, para a resposta à seguinte questão central: **por que razão as transformações de sucesso no Exército Português conduzidas por intervenção estrangeira, em períodos de ameaça de guerra ou de guerra efetiva, caducaram pouco depois da cessação das hostilidades ou da sua ameaça, e da influência estrangeira sair de ação?** Assim, foi comum, nos estudos de caso apresentados, que a necessidade de mudança do Exército Português foi o resultado da existência da ameaça de guerra ou de guerra efetiva e que o convite a aliados ou a imposição destes para apoio na forma de mentoria ao Exército decorresse de um estado debilitado e de ineficiência do aparelho militar português. O estudo em apreço e que constitui a presente comunicação centra-se num outro período em que o Exército Português, por força de um emprego operacional combinado com os seus aliados, é confrontado com a mentoria estrangeira, por manifesta impreparação técnica para a guerra que se travava na frente ocidental do Teatro de Operações europeu durante a Grande Guerra. Esta comunicação pretende ser uma abordagem exploratória sobre esta temática sobre a qual existe um enorme acervo que ainda não foi devidamente explorado.

A escolha do Corpo Expedicionário Português (CEP) como um caso de estudo para a intervenção estrangeira difere em relação aos dois casos anteriores. Enquanto a ameaça da guerra com a Espanha, em 1762, era autêntica, e a invasão das tropas napoleónicas no território nacional, em 1807, era uma realidade, a opção de participar no Teatro de Operações da Europa foi uma opção política². A ausência de um aparelho militar credível em 1914 a somar à falta de elementos de apoio logístico e de uma base industrial e técnica capaz de criar forças expedicionárias modernas, colocou Portugal completamente na dependência logística, técnica, financeira e industrial da Grã-Bretanha (Telo, 2004, 385). No contexto do estudo das transformações em tempo de guerra, o caso do CEP, durante a então Grande Guerra, tem particular interesse, já que do imenso esforço que o país fez neste período para criar forças expedicionárias para África, Europa e ilhas atlânticas, num total de cerca de 100 000 homens, o Teatro de Operações da Europa é não só o que mobilizou maiores recursos³ (ligeiramente mais

¹ Os estudos abordaram dois períodos distintos: Meados do século XVIII com a presença do Conde de Lippe na reorganização do Exército para enfrentar a ameaça espanhola. Ver Actas do XV Colóquio de História Militar, 7-10 de Novembro de 2005, “Um olhar actual sobre a “transformação” do Conde de Lippe”. Início do século XIX, durante a Guerra Peninsular, sob influência britânica no esforço anglo-luso de combate ao Exército Napoleónico, primeiro em Portugal e depois em Espanha e sul de França. Ver Actas do XVII Colóquio de História Militar, 7-9 de Novembro de 2007, “Beresford e a reconstrução do Exército Português em tempo de guerra”.

² Ver (Meneses, 2011; Telo, 2010)

³ Segundo Telo (2004, 372) 57000 para a Flandres, 31983 para África (12500 para Angola e 19483 para Moçambique) e 12383 para as ilhas atlânticas (Açores e Cabo Verde).

de metade do efetivo global para todo este esforço), como o único que foi para um ambiente de alta intensidade (e contra um inimigo tecnológica e taticamente melhor) e com enquadramento superior militar estrangeiro. Tal como na Guerra Peninsular, as forças do Exército Português que combateram em França foram instruídas, equipadas e armadas pelos britânicos, no entanto, a cadeia de comando do CEP era inteiramente portuguesa mas sujeita ao enquadramento britânico durante a instrução militar e a sua progressiva entrada em sector e, uma vez instalado na frente, subordinada hierarquicamente ao comando do I Exército Britânico.

Para que o estudo de caso do CEP prossiga na resposta à questão central é importante respondermos, primeiro, a outras questões derivadas que nos orientem na revisão da literatura necessária a consolidar um modelo de análise. Assim importa perceber:

- Como é que se processa a difusão das ideias e tecnologias militares, de uma entidade estrangeira para uma nacional?
- Quais os fatores que encorajam ou impedem a retenção, por um exército recetor, de uma ideia e/ou tecnologias militares estrangeiras?

Na elaboração desta comunicação o autor beneficiou, como membro do Projeto de Investigação da Academia Militar “O Exército Português na Grande Guerra 1914-1918”, da documentação recolhida no *National Archives Public Record Office*, Londres (Kew Gardens). Também foi consultada documentação do Arquivo Histórico Militar, em Lisboa.

O trabalho tem a seguinte organização: na primeira parte elabora-se uma revisão de literatura que nos permite responder às questões derivadas e construir um modelo de análise para, na fase seguinte, compreender o Exército Português enquanto recetor de uma ideia e das tecnologias que lhe permitiriam combater, lado a lado, com o exército britânico, na frente ocidental e quais as formas que os dois aliados criaram para implementar essa ideia para tornar o CEP uma unidade de combate credível.

Este estudo exploratório é deliberadamente omissivo na análise da Batalha de La Lys (09 de Abril de 1918) enquanto teste final ao resultado da assimilação da ideia de “combater com uma grande unidade na frente ocidental”, pois, como afirmam Millet, Murray e Watman “para uma organização militar agir estratégica, operacional e taticamente tem de garantir de forma consistente os recursos necessários para se poder manter, crescer e reconstituir-se. Quase sempre isto requer que os militares obtenham a cooperação da elite política nacional” (2010), e neste caso ainda, da continuação do apoio logístico do seu aliado. Ou seja, nesta fase da investigação pretende-se apenas averiguar dos mecanismos para a difusão da ideia e do contexto que a envolveu e não avaliar das suas consequências no campo de batalha. Claro que numa fase avançada da investigação este aspeto será incontornável.

A TRANSFORMAÇÃO EM TEMPO DE GUERRA E A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO

A Difusão de Ideias

Esta secção pretende responder à seguinte questão derivada: Como é que se processa a difusão das ideias e tecnologias militares, de uma entidade estrangeira para uma nacional?

A transformação militar, enquanto processo de reorganização dos aparelhos militares, processa-se através de três caminhos: **a inovação** que implica o desenvolvimento de novas

tecnologias, táticas, estratégias e estruturas militares; **a adaptação** que envolve o ajuste de métodos e meios já existentes, mas que num conjunto de ajustes múltiplos pode conduzir à inovação; e **a emulação**, que envolve a importação de novas formas de fazer a guerra pela imitação de outras organizações militares (Farrell & Terriff, 2002, 6)⁴. Estes mesmos autores, para conceptualizar o estudo da influência dos Estados Unidos da América nos aparelhos militares dos países europeus, referem mais tarde (2010) que a transformação militar envolve processos externos de emulação militar e processos internos de inovação militar. No caso do CEP estuda-se a influência britânica no Exército Português, pelo que importa centrar nos processos externos de emulação militar. Esta diferença entre inovação, por um lado, e emulação e adaptação, por outro, impõe em termos metodológicos uma separação entre os trabalhos que privilegiam a criação de novas abordagens da guerra, sejam elas de natureza técnica, tática ou organizacional⁵, e os trabalhos que se debruçam sobre a adaptação e emulação dessas novas abordagens por terceiros que não estiveram na génese dessa criação⁶.

O estado de impreparação do Exército Português em 1914 não é objeto específico do estudo, ele constitui apenas o ponto de partida. O objeto de estudo é limitado à transformação ocorrida por mentoria estrangeira pelo que concentrámos a nossa revisão bibliográfica neste campo⁷. Para compreender como se processa a difusão de ideias de uma entidade estrangeira para uma nacional, a revisão de literatura aponta para estudos feitos no âmbito de reformas económicas, associadas à difusão de políticas de privatização. Bennet em (Stone, 2001) identifica quatro causas para o que chama a “convergência política”: emulação, harmonização, *elite networking*, e penetração. A **emulação** envolve o empréstimo de ideias e a adoção de abordagens políticas, instrumentos ou estruturas a condições locais. Neste caso uma outra nação pode ser considerada como um inovador político e visto como um exemplo onde a prática política pode ser monitorizada por elites políticas e analistas que procuram lições ou perspetivas para moldar a política interna. A **harmonização** promove a convergência como uma consequência do reconhecimento político de interdependência e noção dos custos de uma eventual divergência. É promovido e mantido por instituições supranacionais (por exemplo, como a União Europeia) e envolve algum sacrifício de autonomia e soberania nacional. A **elite networking** são redes de *experts* e profissionais que partilham o conhecimento e informação e formam padrões comuns de compreensão política através de interações regulares. Difere da emulação porque envolve uma experiência partilhada de

⁴ Estes constituem parte do modelo de análise criado nos trabalhos apresentados nos XV e XVII Colóquios de História Militar. Por uma questão de coerência importa recuperar este ponto de partida.

⁵ Na vertente da inovação importa destacar as seguintes obras (Knox & Murray, 2001; Murray & Millet, 1998; Rosen, 1991). Como diferencia Murray, embora haja semelhanças entre os processos de inovação e adaptação, os contextos em que cada um ocorre são radicalmente diferentes. Em tempo de paz não se consegue replicar as condições de guerra. No caso da inovação existe tempo para pensar os problemas, quaisquer que sejam a sua natureza, mas falta a pressão da guerra e a interatividade com um oponente adaptativo que nos pretende infligir danos severos. Por outro lado, em caso de guerra há pouco tempo, mas existem os *feed-back* dos resultados do combate que podem sugerir as necessárias adaptações, mas somente se as lições foram identificadas e aprendidas, este último ponto representando um imenso “se” (2011, 2).

⁶ Na vertente da adaptação e emulação por parte de terceiros importam as seguintes obras (Farrell & Terriff, 2010; Goldman & Eliason, 2003)

⁷ A bibliografia é vasta a identificar fatores externos (fora da instituição militar) e internos (dentro da própria instituição) como determinantes à necessidade da transformação e à forma como esta se operacionaliza. Ver (Stuberg et al., 2007)

aprendizagem acerca dos problemas e do desenvolvimento de uma perspectiva comum de uma “cultura política internacional”. Por fim, a **penetração** envolve o uso do poder e da vinculação coerciva para uma reforma compulsiva. A penetração pode ser imposta por ação de organizações internacionais.

Fatores de retenção ou rejeição de ideias

Depois de se compreender como é que se processa a difusão de ideias importa responder à segunda questão derivada: quais os fatores que encorajam ou impedem a retenção, por um exército recetor, de uma ideia e/ou tecnologias militares estrangeiras?

A revisão de literatura aponta pelo menos três fatores que têm um impacto significativo no sucesso da transferência de ideias para um estado recetor. Primeiro, quando este não possui informação suficiente acerca da doutrina/instituição ou de como opera no país do qual se recebe a mentoria. Neste caso fala-se em **transferência sem informação**⁸. Noutro caso, mesmo havendo a transferência do conhecimento ou das práticas, aspetos cruciais que fizeram da doutrina ou dos procedimentos um sucesso no país mentor, poderão não ter sido transferidos para o recetor. Assim, esta situação é chamada de **transferência incompleta**. Por fim, um terceiro fator que reside no aspeto de não ter sido prestada particular atenção à diferença dos contextos económicos, sociais, políticos ou ideológicos entre o mentor e o recetor. Chama-se de **transferência inapropriada** (Dolowitz & Marsh, 2000).

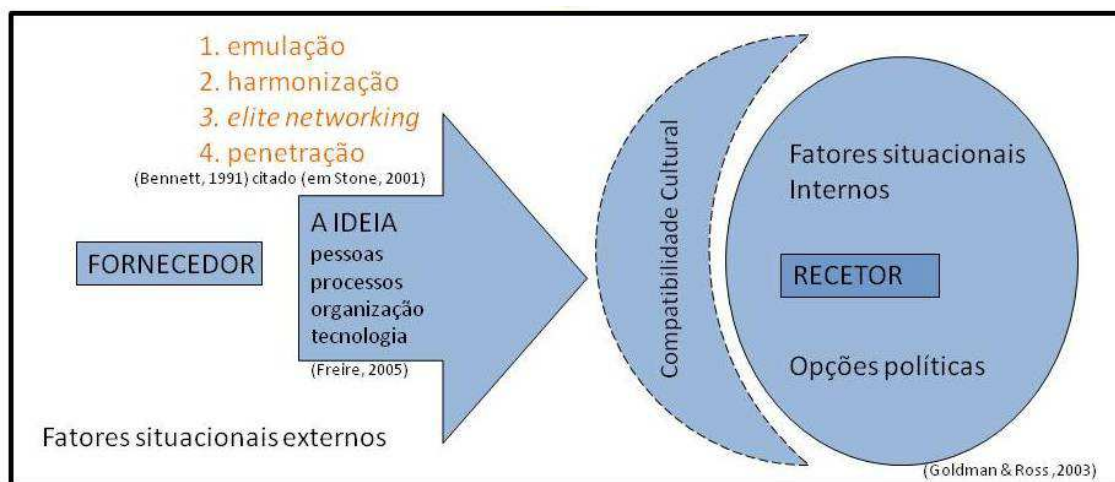
A difusão de ideias requer a interação de duas partes e esta, por si só, não é garantia da adoção da ideia, mesmo que haja da parte do recetor motivação para essa adoção. Goldman & Ross (2003) alertam para as características da inovação, e do próprio recetor, lembrando à parte, dada a sua importância, a questão da compatibilidade cultural entre fornecedor e recetor como fator determinante para o sucesso da adoção de uma ideia. Os autores referem-se às características da inovação como o *hardware* e *software* que elas comportam e que neste estudo se revertem nas dimensões onde essa inovação é implementada, ou seja, o *hardware* ligado à tecnologia, traduzida nos equipamentos e armamentos e o *software* à organização, processos (doutrina) e pessoas (pessoal, liderança, ensino e treino) para que tudo se traduza num conjunto harmonioso e eficiente no campo de batalha⁹.

As características do recetor são também determinantes e podem, segundo estes autores, serem percebidas em duas categorias distintas: fatores situacionais e as opções políticas. Os fatores situacionais são vários, incluindo a própria geografia mas também outros como sejam os recursos económicos, mas também o contexto político, económico e social que caracteriza o recetor.

A resposta integrada às duas questões derivadas permite-nos esboçar o modelo de análise na seguinte forma gráfica:

⁸ *Uninformed, no original.*

⁹ Retoma-se, novamente, parte do modelo adotado nos trabalhos anteriores.



A Ideia – que engloba as dimensões pessoas, processos, organização e tecnologia – pode ser transmitida por emulação, harmonização, *elite networking* e penetração. A implementação desta ideia pode ser condicionada por fatores situacionais externos, e chega a um recetor condicionado por fatores situacionais internos e opções políticas e cuja compatibilidade cultural, entre emissor e recetor, se revela decisiva.

Ao considerar-se a “compatibilidade cultural” como que uma barreira à chegada da ideia ao recetor obriga a que se esclareça o que se entende por cultura militar para que se possa, posteriormente, avaliar da compatibilidade entre exército fornecedor e exército recetor.

Existem muitas definições para a questão das culturas organizacionais, mas para o caso em apreço a definição apresentada por Kier é esclarecedora já que fala num “conjunto de assunções básicas, valores, normas, e conhecimento formal que molda as perceções coletivas”, acrescentando ainda que “a cultura da organização molda a perceção dos seus membros e afeta no que reparam e como o interpretam, filtra algumas partes da “realidade” enquanto realça outras” (1996, 202). Segundo Murray (1995, 134-135), a cultura militar representa o *ethos* e os atributos profissionais, ambos em termos de experiência e estudo intelectual que contribuem para uma compreensão comum da natureza da guerra dentro das organizações militares. Assim, a cultura militar representa a capacidade intelectual e anímica do exército para enfrentar a preparação e condução da guerra. E claro está, evolui de acordo com a cultura da própria sociedade, dos avanços tecnológicos e das lideranças assumidas. Importa salientar que o que os militares interiorizam como sendo do seu interesse é consequência da sua cultura (Kier, 1996, 186) e que qualquer instituição terá dificuldades em executar tarefas que sejam estranhas à sua cultura (Siegl, 2008).

O EXÉRCITO PORTUGUÊS

A aplicação do método de análise elaborado na secção anterior ao caso do CEP nos anos de 1916 a 1918, pretende balizar o contexto em que se processou a transmissão pelo Exército Britânico da ideia de “combater com uma grande unidade¹⁰ na frente ocidental” ao Exército Português.

¹⁰ A “grande unidade” representa uma unidade militar de escalão igual ou superior a Brigada. No caso do CEP foi de Divisão que evoluiu para Corpo de Exército.

Os fatores situacionais externos, internos e as opções políticas identificados não serão objeto de uma análise detalhada nesta fase exploratória da investigação, mas exigirão numa fase mais avançada da investigação um estudo mais atento porquanto importará identificar o seu peso para a retenção ou rejeição de “a ideia”.

Fatores Situacionais Externos, Internos e Opções Políticas

Ainda que tivesse havido da parte do Exército Português vontade de se preparar sozinho¹¹ para a guerra que se travava na Europa, o facto é que o apoio do seu mais antigo aliado, a Grã-Bretanha, era incontornável, e, na prática, foi total, mesmo depois de muita resistência para que a república portuguesa não se envolvesse em tal aventura (Meneses, 2011)(Telo, 2010). O armamento, munições e equipamentos tiveram que ser fornecidos, o mesmo acontecendo com o próprio transporte marítimo necessário à projeção para o Teatro de Operações. A forma como se organizou a participação portuguesa quer em território nacional quer durante o seu levantamento, já em Teatro, até ao início das operações militares, foi um longo processo em que os britânicos estiveram omnipresentes. Aliás, nas palavras de um capitão do CEP *“inglês vemos quase tudo, com exceção do nosso sangue, das leis e da bandeira. Assim tinha de ser com um Corpo Expedicionário taticamente integrado no grande exército aliado, que já possuía a experiência da guerra moderna e visto que só com o auxílio material e financeiro quasi totalmente emprestado pelos aliados nos podíamos colocar a seu lado”* (Magno, 1921, 44-45). Como se verá mais à frente a dependência face à Grã-Bretanha permitirá que esta use o apoio naval para o transporte dos militares portugueses para França como forma de pressão e, *in extremis*, condicionar o CEP como força militar (Marques, 2002; Telo, 2010).

Um outro fator que se revelará determinante para condicionar a assimilação da ideia será o contexto da frente ocidental em 1917-18, com a decisão do *Oberste Heeres Leitung* Alemão de tentar a ofensiva decisiva a Oeste com as divisões libertadas da frente oriental e antes dos americanos chegarem ao continente (Baker, 2011; Simkins, 2003).

Assim, podem-se considerar os seguintes fatores situacionais externos:

- Grã-Bretanha sem grande entusiasmo pela participação portuguesa;
- Total dependência do CEP face à Grã-Bretanha;
- Reforço alemão a ocidente com as divisões vindas de Leste;
- Entrada dos Estados Unidos da América na Guerra;

Ao nível dos fatores situacionais internos importa referir que o estado do Exército Português era, em 1916 e nas palavras insuspeitas do General Ferreira Martins, *“precário sob ponto de vista da sua preparação para serviço de campanha”* pois *“a organização das sucessivas forças expedicionárias para as colónias de Angola e Moçambique e as consequências fatais da intervenção do exército nos movimentos políticos que vinham, desde*

¹¹ A preparação em Território Nacional resultou de uma mobilização proclamada em Ordem do Exército (nº6 de 1916). Uma Divisão, “devidamente organizada e apetrechada” que durante cerca de três meses de trabalho intensivo de instrução no campo e nos arredores de Tancos, se preparou convenientemente para entrar em campanha na Metrópole ou fora dela” (Martins, 1934, 104). O treino até mereceu um louvor do Ministro da Guerra pelas “provas cabais da sua disciplina, da sua instrução e da sua magnífica preparação para a guerra” – o milagre de Tancos. Contudo, alguns relatórios técnicos, como o da Comissão Técnica da Arma de Infantaria, estejam longe de dar essa imagem (Marques, 2002).

há muito, agitando a vida interna do país, tinham, porém, impedido de cuidar-se da instrução das tropas e assim, numa palavra, a declaração de guerra veio surpreender o exército nacional numa situação bastante precária” (Martins, 1934, 102). A instabilidade política era permanente e o Corpo de Oficiais estava dividido, ou seja, como afirma António Telo *“a preparação do país para a beligerância era, em resumo, muito próxima do zero. Faltava tudo, mas faltava sobretudo a coesão das Forças Armadas que só podia advir da inexistência da coesão nacional”* (2004, 371).

Mesmo com todas as limitações, Portugal tinha, entre 1911 e 1914, um Exército muitíssimo mais vocacionado para a defesa – com limitações – do território nacional, do que preparado para uma intervenção além-fronteiras, incluindo-se nesta última situação qualquer tipo de esforço militar nos territórios coloniais (Fraga, n.d., 101). Contudo, desde 1914 que o Exército e a Marinha combatiam em Angola e Moçambique.

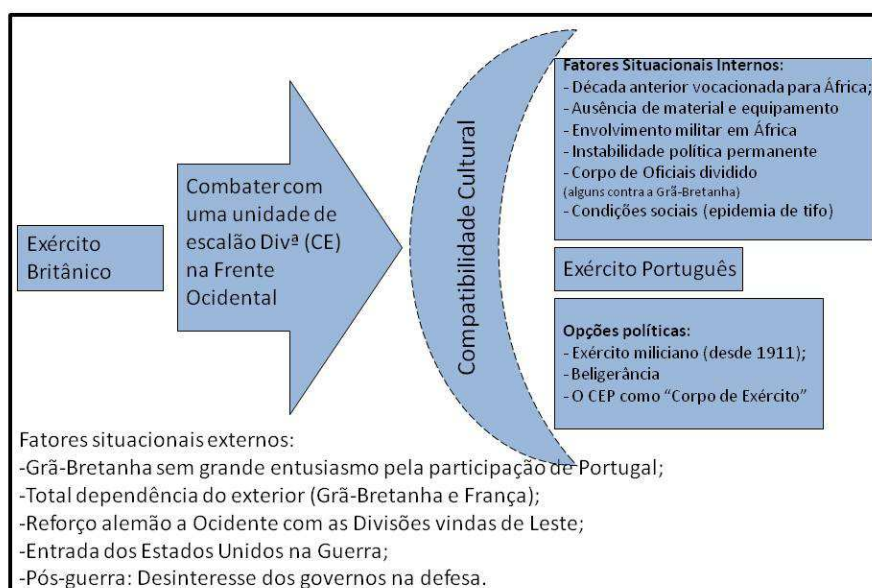
Assim, podem-se considerar os seguintes fatores situacionais internos:

- Década anterior vocacionada para África;
- Ausência de material e equipamento;
- Envolvimento militar em África;
- Instabilidade política permanente com o Corpo de oficiais dividido.

Para além destes fatores havia opções políticas tomadas que condicionariam todo este processo: a opção por um modelo de exército miliciano (Telo, 2010) e o CEP elevado, por sugestão britânica, a uma unidade de escalão “Corpo de Exército” (Martins, 1934).

A sistematização segundo o modelo de análise criado aplicado ao caso do CEP pode apresentar a forma gráfica da Figura 2. O caso da compatibilidade cultural, dada a sua complexidade, não será objeto de atenção neste estudo exploratório, apenas serão apresentadas, mais à frente, algumas pistas a explorar na fase mais avançada da investigação.

O caso do CEP 1916-18



A MENTORIA BRITÂNICA

Do ponto de vista do projeto de investigação em curso, podem-se identificar três níveis onde a influência britânica se fez sentir. Primeiro, ao nível político-militar entre os dois governos e os ministérios mais diretamente envolvidos; depois, o nível operacional materializado pelos principais comandantes das forças dos dois países em França; por fim, o nível tático, que inclui as cadeias de comando das unidades de escalão igual ou inferior a batalhão mas desce ao próprio soldado que se viu confrontado com camaradas d'armas britânicos e toda a influência que se fazia sentir.

Ao nível político-militar a “Missão Militar Portuguesa” a Londres e Paris, em 1914, constituiu a primeira ocasião formal dos britânicos se pronunciarem sobre a participação militar portuguesa, mas a “*British Military Mission*” em Lisboa, a partir de 1916, foi a plataforma privilegiada para influenciar decisivamente. Ao nível operacional foi a “*British Mission with the Portuguese Corps*”, mas também as relações de comando e inter-pessoais estabelecidas entre o comandante do CEP e os comandos das unidades congêneres britânicas que proporcionaram a difusão da ideia. Por fim, ao nível tático, a formação técnica ministrada aos instrutores portugueses e depois o acompanhamento nas diferentes escolas do CEP, a par dos períodos de estágio sob comando britânico, já na frente, foram também determinantes.

Nível político-militar

Missão Militar Portuguesa à Grã-Bretanha e a França, em 1914

Quando se decidiu formar uma força para participar na Guerra, seguiu para a Grã-Bretanha uma missão composta pelos capitães Iven Ferraz, Fernando Freiria e Eduardo Martins. Nas declarações iniciais à delegação britânica dirigida pelo General Callwall, Iven Ferraz afirmou: “*vimos como delegados do governo português estudar com o estado-maior inglês a organização d’uma força expedicionária que tenha de ser enviada ao teatro de guerra. Como certamente sabeis a organização militar portuguesa sofreu profunda remodelação após a proclamação da república de forma a transformar o exército numa milícia; posso, porém assegurar-vos, como oficial português, que combateremos com entusiasmo ao lado dos nossos aliados n’esta tremenda lucta pela civilização. Algum tempo, porém, é preciso pra a instrução complementar e treino da força expedicionária, mas podeis estar seguros que o soldado português é ainda o mesmo que combateu no Bussaco sob o comando do Lord Wellington*”¹².

Por seu lado, e nas palavras do capitão Iven Ferraz, os ingleses procuraram “*inteirar-se da dotação da força expedicionária em artilharia, metralhadoras, munições, solípedes, tanto no que respeita ao seu estado inicial como no que se refere à possibilidade de garantir os futuros reabastecimentos em homens e material, lembrando a conveniência, desde já, de incluir na força expedicionária uma primeira reserva para perdas de pessoal, arbitrava em cerca de 10% do efetivo total*”¹³.

As preocupações levantadas pelos britânicos foram de aviso para a dimensão e complexidade da tarefa de aprontar e empregar uma grande unidade na frente ocidental ao ponto de, como refere Telo, os britânicos sugerirem que uma “eventual força expedicionária devia ser preparada com cuidado, tudo num horizonte longínquo” (2010, 373).

¹² AHM, Div1/Sec35/Cx1276/Nº1.

¹³ Idem

Neste caso Portugal procura a emulação do sistema britânico mas é numa base de *elite networking* que as reuniões são conduzidas.

British Military Mission (Lisbon)

Para preparar a cooperação militar entre a Grã-Bretanha e a República Portuguesa chega a Lisboa, a 30 de Agosto de 1916, uma Missão Militar mista de Oficiais Britânicos (um Major-General, um Tenente e um 2º Tenente como interprete) e Franceses (um Tenente-coronel, um Major e um Alferes). Da parte do governo português para acompanhar esta missão estiveram presentes o Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, o Chefe do Estado-Maior do Exército, e o Comandante e o Chefe do Estado-Maior da Divisão de instrução. Depois de 4 reuniões, decorridas entre 02 e 15 de Setembro, e a oportunidade de ver algumas unidades em exercícios no campo, o chefe da Missão Britânica, Major-General Barnardiston, em carta secreta dirigida ao *The Chief of the Imperial General Staff*, afirmava que tanto ele como os seus colegas franceses:

*“have been impressed by the energy and system with which the Portuguese Military Authorities are working at the strengthening and development of their resources. Great attention is being paid to training, and to the adequate equipment of the Expeditionary Force, and the accumulation of supplies in ammunition (as far as production admits) and equipment”*¹⁴.

Quanto ao moral do Exército referia:

*“it is more difficult to speak with any degree of certainty. Politics seem to enter very largely into both military and naval life in Portugal”, e em relação à disciplina acrescentava “that the discipline was quite up to, if not superior to, that of the armies of most of the small nations of Europe”*¹⁵.

Ainda nesta nota datada de 16 de Setembro de 1916 o Chefe da Missão alerta que:

*“at least 3 months in France will be necessary before the Division can take its place in the field” e sugere que “parties of Portuguese Officers and N.C.Os. should be sent on ahead to attend our schools, etc, in France, if necessary British officers conversant with Portuguese being attached to these parties”*¹⁶.

A razão para esta fase de instrução é explicada em nota de Sir L. Carnegie para o Ministro da Guerra, datada de 3 de Novembro de 1916 (Martins, 1938, xxi) que *“a experiência tem mostrado que todas as tropas, por melhores que sejam os seus elementos, requerem um exercitamento gradual das condições da moderna guerra europeia; propõe-se, portanto, que a Divisão portuguesa seja enviada, por pouco tempo, para um campo de exercício na França, antes de ser empregada na linha da frente”*. No *Memorandum of the arrangement for the employment of Portuguese forces in the british zone of operations in France*, ficava determinado que as tropas portuguesas eram *“treinadas e equipadas segundo as instruções do General Comandante dos Exércitos Britânicos”* e que seriam fornecidos o *“número suficiente de oficiais de ligação junto de cada unidade portuguesa”* (Martins, 1938, xxiii-xxiv).

Foi através desta *British Mission* em Lisboa que a Grã-Bretanha fez valer os seus interesses na forma como se materializou a intenção da república portuguesa em participar na

¹⁴ NA-PRO-FO: WO 106-546

¹⁵ Idem

¹⁶ Ibidem.

frente ocidental, decidindo sobre a orgânica, o transporte dos meios humanos e materiais, etc. Na génese, as relações com a *British Mission* em Lisboa deveriam ser de *elite networking*, mas a total dependência face à Grã-Bretanha e o fraco desempenho do CEP, ainda na fase de transporte para França e instrução, fez com que o aliado não se coibisse de ameaçar e usar efetivamente o seu poder para uma vinculação coerciva aos interesses em jogo.

Em 13 de Agosto de 1917, num relatório do XI CE para o I Exército Britânico, o Comandante deste Corpo de Exército, no qual as unidades do CEP tinham começado a fazer a sua integração, afirmava:

“I am convinced that if we could overcome the terms of the Convention, and place British Officers in temporary command of all units teaching the corresponding Portuguese Officers their duty and making them do it, that we should be able to turn the P.E.F. into a fighting unit of considerable military value”¹⁷.

Esta proposta de reorganização teve acolhimento na cadeia de comando britânica ao ponto de, logo em 07 de Setembro de 1917, o Ministro da Guerra Britânico, Lord Derby, em carta dirigida ao seu homólogo português (MNE, 1995, 196-198) tenta a penetração para “evitar esforço e perdas excessivas para as tropas portuguesas” e a convergência de ideias no sentido da “uniformidade de treino e comando que é tão essencial quando dois exércitos estão tão intimamente ligados em face do inimigo como os nossos”. A proposta de Haig que Lord Derby faz é a de “o CEP de futuro forneça uma divisão combatente de três ou quatro brigadas e tropas divisionárias, que será junta, como uma unidade, a um Corpo britânico e que, para fins táticos, estaria sob comando do Comandante desse Corpo britânico, como no presente¹⁸”. “Recordando a história gloriosa dos nossos dois exércitos durante a guerra da Península”, Lord Derby adianta que Norton de Matos “considere que uma proporção de oficiais britânicos seja ligada a cada batalhão português, e a correspondentes formações doutras armas cujo número e patentes seriam decididos depois”. Lord Derby alerta que não pretende dizer que estes oficiais assumiriam o comando das unidades em causa, mas que “lhes devia ser dada autoridade executiva com o fim de inspecionar e vigiar o treino fora da linha, de forma que eles estivessem em condições de poder exercer a sua autoridade em combate caso as circunstâncias lho exigissem”. A 01 de Outubro de 1917 Norton de Matos respondeu “com a rude franqueza do soldado, que me é absolutamente impossível concordar com elas e que elas muito me penalizaram”. E esclarece que “a posição de Portugal nesta guerra, pelo que respeita à cooperação militar que foi convidado a prestar ao lado dos aliados na Europa em tanto quanto se julgasse capaz de a dar, não pode deixar de ser a que foi combinada e acordada com a sua antiga aliada, e que consta da Convenção assinada em 3 de Janeiro de 1917 e das respostas que tive a honra de fazer em Londres e que o Governo Britânico completamente aceitou. Modificar, nesta altura, estas combinações e estes acordos não poderia ser de modo algum compreendido pelo meu país e viria ferir profundamente o nosso sentimento nacional”. Norton de Matos acrescenta que “todos nós sabemos e reconhecemos com gratidão o muito que deve a instrução das nossas tropas às indicações, aos conselhos, à longa experiência e ao admirável

¹⁷ NA-PRO-FO: WO 106-550.

¹⁸ Em Setembro de 1917 estava-se em processo de estágio das unidades portuguesas na frente, ou seja, perfeitamente enquadradas pelo comando das unidades que no futuro iriam render. A 10 de Julho de 1917 a 1ª Divisão tinha assumido a defesa de um sector e estava sob comando do XI CE britânico.

exemplo dos oficiais ingleses que com eles têm estado em contacto. Mas além disto não poderemos ir. Muito me penhoram os cuidados e atenções que Sir Douglas Haig está tendo pela saúde dos soldados portugueses”. Sabendo “quanto é dura no inverno a vida nas trincheiras”, mas sustentando-se na história e nas então provações que os soldados portugueses já passavam em África, Norton de Matos estava “certo que os soldados de Portugal (...) não deixarão de dar no inverno, que está correndo para nós, as provas daquela resistência e daquela perseverança que tanto caracterizam a raça portuguesa”. Importa destacar que nesta altura já a Grã-Bretanha tinha reduzido o seu apoio em navios, dos iniciais sete – usados para transportar os 55000 homens para França – para dois, e, em 16 de Julho de 1917, para um, manifestamente insuficiente para os 5000 homens mensais necessários às rotações de pessoal. A 28 de Outubro é retirado o último navio de apoio ao transporte das tropas portuguesas. António Telo na sua obra “Primeira República. Do sonho à realidade”, volume 1, explica para esta decisão o que é visível na documentação britânica: os EUA entraram na guerra e era necessário transportar 2 milhões de homens para a Europa que podiam ser o fator decisivo em 1918. Mas alerta para o facto de não se poder esquecer que esta decisão inglesa surge no momento mais aceso da polémica sobre o dispositivo do CEP na frente de combate: os portugueses queriam manter as duas divisões na frente; os britânicos insistiam em manter só uma, com a outra na retaguarda, como força de apoio e reserva. António Telo insiste que pela documentação britânica não é possível concluir que a retirada dos navios tenha sido uma consequência da não-aceitação das condições propostas pelos britânicos (2010, 389-390). Mas a verdade é que quando os assuntos da reorganização do CEP e da colocação de oficiais britânicos na cadeia de comando das unidades do CEP, voltam a ser impostos pelos britânicos, em 06 de Janeiro de 1918, por telegrama do Chefe da Missão Militar inglesa em Portugal ao Ministro da Guerra e por nota do Ministro de Inglaterra em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, o problema dos transportes é abordado afirmando que sendo aceites estas condições “também muito facilitaria o assunto dos transportes” (MNE, 1995, 223) ou na mesma ideia, mas por outro canal, “would also alleviate the shipping difficulties to which the present situation gives rise” (MNE, 1995, 225). Provavelmente por ter sido tão atrevida a sugestão (ou ameaça), um dos aspetos que mereceu, sete dias depois, uma explicação adicional feita pelo Major-General Barnardiston foi precisamente que:

The final paragraph “if accepted they would also ease the shipping situation” should be interpreted purely in a military sense, and is intended only to emphasize the fact that if the proposed re-organisation is accepted, the requirements of the Portuguese Expeditionary Force in France as regards reinforcements will be much less than under the previous organization.(MNE, 1995, 228)

Nível Operacional

British Mission with Portuguese Corps

Para o enquadramento no TO, a *British Expeditionary Force* criou a *British Mission with Portuguese Corps* liderada pelo Tenente-coronel Charles Ker. Este oficial sabia que se tratava de uma missão delicada, sensível e que poderia gerar maus entendidos, e porque estava consciente disso escrevia, em 26 de Janeiro de 1917, ao MGen Barnardiston afirmando sobre os portugueses:

“They have given me a really lot of staff opinions to help me, and you may rest assured that none of us will attempt in any way to do more than we are meant to do, and that is to help them to help themselves. I know you can trust me not to do anything tactless or tyrannical, and I have absolute faith in each and all of my staff in the same way”¹⁹.

Esta missão era constituída por mais de sessenta oficiais e cem militares de outros postos já conhecedores da guerra e falando, mais ou menos corretamente, português ou francês (Senior, 2012, 186). Em todos os batalhões ou grupos havia destes oficiais britânicos, em geral oficiais milicianos com uma instrução especial para o efeito e tendo já servido nas trincheiras. A missão manteve-se em exercício desde o desembarque das primeiras tropas em França até à sua repatriação. Como tinha consciência o próprio Comandante do CEP, *“estes officiaes comendo nas mess das unidades a que estavam adstrictos, em constante contacto com os portuguezes, tinham perfeito conhecimento do que se passava no CEP e do estado moral dos officiaes, e portanto os Commandos superiores britannicos estavam bem informados sobre a forma como era cumprido o serviço, e sobre o zêlo e competência profissional dos nossos quadros”* (Marques, 2004, p. ccxix)

De acordo com o General Ferreira Martins, estavam *“subordinados à British Mission de quem recebiam as necessárias instruções e ao qual davam, naturalmente, as informações convenientes, foram uns observadores geralmente corretos e que prestaram dedicados serviços aos Comandos Portugueses. Naturalmente houve algumas divergências, resolvidas de mútuo acordo e com o mesmo desejo de bem servir, nunca assumindo o aspeto de conflito em que os comandos superiores tivessem de intervir, pelo menos, ostensivamente”*. A verdade é que o modo como estes oficiais de ligação entendiam as suas responsabilidades e o modo como os portugueses as percecionavam estava longe de ser pacífico. E foi objeto de debate em reunião realizada a 08 de Março de 1917 e que envolveu o comando do CEP, a *British Mission with Portuguese Corps* composta pelo seu chefe e os oficiais responsáveis por cada uma das áreas de especialização e o Comando do XI Corpo Britânico.

Foram várias as críticas que a British Mission fez chegar ao comando do XI Corpo e à *British Mission* em Lisboa, mas é interessante referir que o TCor Ker qualificava a lentidão²⁰ como sendo a característica nacional omnipresente e a centralização que impediam quaisquer avanços na qualidade do CEP enquanto força militar para combater na frente ocidental (Senior, 2012, pp. 188-191).

Relações de comando e inter-pessoais entre os altos comandos

A total dependência do CEP face à Grã-Bretanha impôs que fossem estabelecidas relações não só de comando mas também de natureza inter-pessoal a todos os níveis. Neste campo é interessante constatar que ao mais alto nível do comando militar britânico houve a preocupação de oferecer mentoria e da parte do comandante do CEP houve receptividade para ela. Tamagnini escreveria sobre o General Haking, comandante do XI Corpo, que *“foram de grande utilidade para mim os seus conselhos, que não deixei de lho pedir, no que respeitava ao serviço nas trincheiras, melhor forma de ministrar a instrução, maneira mais prompta e fácil de obter as informações diárias, etc.”* (Marques, 2004, p. ccxxviii). Do lado britânico a disposição para a mentoria existia em alto grau. Por exemplo, o mesmo General Haking, depois

¹⁹ NA-PRO-FO: WO 106-550

²⁰ *Dilatoriness*, no original.

de visitar as trincheiras portuguesas e de ter questionado vários militares portugueses convidou, a 18 de Junho de 1917, o General Tamagnini para debater vários aspetos tendo-se dado ao trabalho, no dia seguinte, de escrever um memorando de cinco páginas de papel almaço datilografadas nas quais registava as suas preocupações e sugestões para que as coisas pudessem ser melhoradas, objetivando três áreas específicas: a organização do combate e do trabalho nos sistemas de defesa da frente; as relações entre comandantes de pelotão, companhia, batalhões, divisões e corpo e o apoio ou entraves que recebem dos seus estados-maiores; e o treino dos pelotões e companhias quando estão efetivamente na frente e quando estão em descanso (Senior, 2012, pp. 194-195). Um historiador de Haking, Michael Senior, refere que quase parece que o general era de novo um professor do *Staff College* citando as instruções do último manual. Acrescenta, ainda, que nesta ocasião Haking não dava ordens diretas para medidas corretivas, somente conselhos (194).

A disposição para aceitar a mentoria britânica não era transversal a toda a cadeia de comando. Como o próprio General Tamagnini, assume: *“não havia, em geral, da parte dos officiaes do CEP sympathia para com os inglezes. Não podiam supportal-os, como era uso dizer”* (Marques, 2004, ccxx). A causa parecia ser não só política mas também de forma. Citando uma vez mais o Comandante do CEP, *“as notas expedidas pelos comandos britannicos tinham redacção muito diferente da empregada na nossa burocracia. Não continham expressões como “Peço licença para levar ás mãos de V.”; “tenho a honra de levar ao conhecimento de V.”, etc, entravam logo no assumpto, empregando os termos precisos sem quaesquer palavras de cortezia. Este systema não agradava ao EM que lhes dava errada interpretação”* (Marques, 2004, ccxxvi).

Não era de estranhar que houvesse da parte de muitos oficiais portugueses a sensação de uma mentoria demasiado abusiva, ou seja, de penetração como já foi referido anteriormente. Em Agosto de 1917 é esta a opinião do Tenente-General Haking sobre oficiais, sargentos e praças portugueses:

“The men are not at all bad, and if only they had good commanders who were determined and knew their work and whom they could rely upon and respect, they have the making of a good fighting force. With the present system, however, it takes a long time to get any true fighting spirit into the officers and NCOs”²¹.

Nível Tático

A este nível era também a *British Mission with Portuguese Corps* que operacionalizava e enquadrava o treino necessário às sucessivas unidades do contingente português.

A ida do CEP para a frente ocidental obrigou o Exército português a contactar com uma realidade militar distante da que estava habituado. Passavam pouco mais de cem anos desde que o Exército Português, em coligação com os britânicos, conduzia operações militares de alta intensidade. A especificidade da Guerra de Trincheira é assumida como uma novidade para o conhecimento teórico e prático do Exército Português. O Tenente-coronel Freiria assumia que as palestras que foi convidado a proferir na Escola de Guerra sobre a Guerra de Trincheira

²¹ NA-PRO-FO: WO 106-550

teriam “*alguma coisa de interessante*” sobre a “*natureza especial desta modalidade de Guerra e as circunstâncias em que nós, Portugueses a temos de realizar*” (1918, 4).

A Guerra de Trincheiras na Flandres encerrava muitas novidades ao nível das pessoas, processos, organizações e tecnologia. Destas quatro áreas destacam-se as seguintes que exigiram a atenção do Exército Português por serem uma completa novidade: no campo das pessoas revelava-se a liderança e o papel do comandante na vida das trincheiras; ao nível dos processos tudo era novidade, a alteração na esgrima de baioneta, a defesa na guerra de gases, o planeamento e a condução de *raids*, só para citar alguns; na organização, a elevação do CEP ao escalão “Corpo de Exército” adotando a mesma organização do Corpo do BEF; a introdução de uma metralhadora ligeira LEWIS em cada um dos 12 pelotões que passaram a existir no Batalhão de Infantaria e nos pelotões de infantaria a organização em Atiradores, Granadeiros, Granadeiros de Espingarda, Metralhadoras; na tecnologia uma imensa panóplia de meios para Defesa contra gases; metralhadora ligeira Lewis; granadas de mão; morteiros de trincheira, etc.

Todas estas novidades exigiram um tremendo esforço de formação, primeiro a uma equipa de instrutores selecionados e depois a todo o contingente. As unidades foram instruídas e treinadas nestas escolas criadas na zona de concentração do CEP. Algumas das escolas britânicas que os portugueses frequentaram foram a Escola Central de Instrução, o Campo de Tiro, a Escola de Observadores, a Escola de atiradores e o Campo de educação física e baioneta. Após esta formação inicial nas escolas britânicas o CEP criou as suas próprias escolas.

A instrução só era dada como terminada depois das unidades estagiarem nas trincheiras da frente. Essa permanência na frente fazia-se segundo uma metodologia já muito experimentada pelos britânicos que começava pelo nível companhia. Quando era dada por pronta da instrução nas escolas práticas recebia ordem para avançar para as primeiras linhas sendo-lhe destinada uma outra companhia britânica junto da qual ia permanecer cerca de uma semana, aprendendo como se fazia a vida nas trincheiras. A companhia estagiária ficava subordinada ao comando tático do batalhão britânico no qual se integrava. Este estágio não estava isento de perigos, já que participava na atividade operacional da unidade instrutora. Quando todas as companhias de um batalhão já tivessem feito o seu estágio junto das tropas britânicas avançava o batalhão por inteiro para se agregar a uma unidade do mesmo escalão nas primeiras linhas. Quando todos os batalhões de uma brigada já tivessem estagiado na frente, esta última assumia a defesa de um sector do seu escalão, ficando o comandante e o seu estado-maior em estágio junto do comando da brigada britânica substituída. Concluído este, a brigada portuguesa passava a ficar subordinada ao comando da divisão britânica na qual se integrava. Quando o processo se concluía com todas as brigadas de uma divisão, avançava o comandante e o estado-maior desta para o estágio e a tomada de posse da defesa do sector de divisão, ficando sujeito ao comando do corpo de exército e o seu estado-maior, que estagiavam e assumiam as responsabilidades totais (Fraga, n.d.-b). Assumir a responsabilidade do sector foi uma tarefa complexa e que exigiu tempo. Desde os primeiros estágios de companhia até ao CEP, como Corpo de Exército, assumir plenamente o seu sector, decorreram cerca de sete meses.

As unidades portuguesas que “estagiavam” na frente, integradas em unidades britânicas eram alvo de relatórios detalhados transmitidos para a *British Mission to Portuguese E.F.* que depois eram transmitidos ao Chefe de Estado-maior do CEP, Tenente-Coronel

Baptista, num relatório (quase diário) em que o Tenente-Coronel Ker começava afirmando *“I have heard the following criticism from the line, regarding the Portuguese companies attached there”*.

Os primeiros estágios de companhias portuguesas na frente iniciaram-se a 4 de Abril de 1917 pela 1ª Companhia do batalhão de Infantaria nº 28 (Martins, 1934, 234). Dos documentos consultados no *National Archives* do *Public Record Office* foi possível encontrar o relatório, datado de 11 de Abril, sobre as companhias do BI 28 e BI 34 em estágio nos batalhões da *146th Infantry Brigade* da *49th Division* no qual se afirmava que o:

“Army Commander is glad to learn that both officers and men got on well with ours and that the keenness and intelligence of the men made a favourable impression on their British comrades”,

sem, contudo deixar de chamar a atenção para o facto de

*“it is impossible to over-emphasize the importance of the constant care and attention of officers to their men. Officers must realize that it is not only the supervision of the men’s that is required, but also of their comfort. In one case some of the men are said to have gone into the trenches without their breakfast. Such details must always be attended to by the officers if the men are to be contented and fit for action”*²²

As impressões ao nível tático feitas pela *British Mission with Portuguese Corps* eram transmitidas para o Estado-maior do 1º exército e para a *British Mission* em Lisboa. Dado o grau de insatisfação com o estado de preparação e a ausência de progresso demonstrados pelo CEP, o Tenente-Coronel Ker fez questão de, em meados do mês de março de 1917, escrever ao novo Comandante do XI Corpo de Exército a fazer o ponto de situação. As ondas de choque chegavam ao nível mais elevado. O Marechal de Campo Douglas Haig, Comandante das Forças Britânicas em França, em carta datada de 15 de Maio de 1917 sobre o estado da instrução e treino da Força Expedicionária Portuguesa, afirmava que entre outros problemas a força sofria de:

“failure of the majority of the junior Portuguese officers to realise their responsibility for the welfare of the men under their command”. Destaca ainda que *“when the force arrived in France it became clear that many of its members, especially among the senior officers, regarded our army as composed mainly of amateurs from whom they had nothing to learn except a few details of trench warfare. They were unduly and needlessly jealous of their national independence and unwilling to make full use of the specially selected officers of the British Mission who, while always willing and anxious to help, have found themselves in a very difficult and delicate position”*.

Mas acrescenta,

*“Lately there have been symptoms of some changes in these opinions, and with broader-minded views at the Portuguese Headquarters and more efficient officers the force will, I hope, eventually become a useful body of troops”*²³.

²² NA-PRO-FO: WO 106-550.

²³ Idem

A 20 Maio de 1917, um extrato do relatório do General Comandante do XI Corpo sobre a introdução da infantaria portuguesa na frente afirmava:

“it is quite evident that the Portuguese Battalions have greatly profited by their Company training in the line, and the Battalions now undergoing instruction show a very marked improvement in all respects both from a tactical and administrative point of view. Supervision by officers of all ranks is much better and the work of the N.C.O.’s and men as regards maintenance of the line, and its observations and defence, show considerable improvement. The patrolling is not yet very good and the officers do not seem to realize the two important points in connection with it.”²⁴

A 13 de Agosto de 1917, em novo relatório do XI Corpo de Exército, o TGen Haking afirma que:

“all commanders appear to be extraordinary good at evading the important and difficult points of any question, and trying to switch off to something else, or to invent a reason why the difficulty cannot be overcome. If it is a question of organization the answer is always that they are trained for open fighting and not for trench warfare”²⁵.

Ena realidade é esta a atitude que pode ser entendida no tenente-coronel Freiria, um oficial que integrou a primeira missão militar a Londres, em 1914, e nas palestras dadas à Escola de Guerra, em 1918, ainda afirmava que tirando a especificidade da Guerra de Trincheira, os conhecimentos que *“proficientemente, entre nós se ensina nos diferentes ramos da ciência militar, no que respeita á Guerra de Movimento (...) quando bem digeridos e aproveitados, são mais do que suficientes para, sem receio, podermos hobrear com os oficiais de qualquer Exército e, sem falsa modestia, poderei mesmo asseverar, que a bagagem de conhecimentos colhida nada deixa a desejar em relação áquela de que dispõem os Oficiais do Exército onde, em França, estamos incorporados”* (1918, 3-4).

Compatibilidade Cultural

No modelo de análise a compatibilidade cultural é identificada como a barreira entre fornecedor e recetor da ideia, precisamente porque poderá condicionar a assimilação da ideia. Trata-se de um tema tão determinante quanto complexo, razão pela qual não é nesta fase exploratória devidamente aprofundado.

Ao longo das fontes lidas é notório um desfasamento entre o exército português e o exército britânico. Este desfasamento não se verifica somente na experiência e por isso do conhecimento técnico específico necessário a toda a novidade que envolvia a guerra de trincheiras. Parece existir também uma diferença no estudo intelectual que contribui para uma não-compreensão comum da natureza da guerra na frente ocidental em 1916-1918. Por outro lado, parece existir diferenças na capacidade intelectual e anímica dos dois exércitos para enfrentar a preparação e a condução da guerra. Talvez o aspeto mais interessante neste último ponto e que exigirá uma atenção mais cuidada no desenvolvimento da investigação

²⁴ Ibidem

²⁵ NA-PRO-FO: WO 106-550.

prende-se com a diferença entre os dois exércitos no que é expectável do Oficial enquanto comandante de homens e constitui a essência da condição de oficial: comandar.

CONCLUSÕES

O caso do CEP em 1916-1918 como recetor da ideia de “combater como grande unidade na frente ocidental da Grande Guerra” parece ser, na fase exploratória da investigação, um caso típico de transferência inapropriada pelo facto de não ter sido prestada particular atenção à diferença dos contextos económicos, sociais, políticos ou ideológicos entre o Exército Britânico e o Exército Português.

É perceptível que os portugueses, cientes da sua impreparação para guerra que se travava na Europa, estavam dispostos para uma emulação do modelo britânico, nomeadamente da organização de uma unidade de escalão Divisão. Nunca parece ter havido da parte dos britânicos preocupações de harmonização pois estando cientes do estado de impreparação e dependência logística dos portugueses tinham consciência de não existir qualquer interdependência, somente mesmo total dependência dos portugueses, não acarretando qualquer custo de divergência (eventualmente alguns danos políticos à mais antiga aliança). Foi maioritariamente numa relação de *elite networking* que se estabeleceram as relações para a difusão da ideia ao nível político-militar, operacional e tático. Contudo à medida que se ia tornando claro aos olhos dos britânicos a situação complexa do país, traduzida na inoperância técnica, tática e – principalmente – anímica do CEP, foram surgindo sinais de penetração na transmissão da ideia, ou seja, a Grã-Bretanha passava a propor modalidades não para a assimilação da ideia de combater, pelos portugueses, mas substituir-se a esses na responsabilidade de fazer acontecer a capacidade para combater. Será plausível considerar que a não disponibilidade dos navios para o transporte das tropas portuguesas para França materializou a vinculação coerciva para a reforma na reorganização do CEP bem como a integração na cadeia de comando das unidades portuguesas de oficiais britânicos.

Assim, na procura de contribuir para a questão central de saber **por que razão as transformações de sucesso no Exército Português conduzidas por intervenção estrangeira, em períodos de ameaça de guerra ou de guerra efetiva, caducaram pouco depois da cessação das hostilidades ou da sua ameaça, e da influência estrangeira sair de ação**, considera-se, nesta fase da investigação, que: a) Fatores situacionais internos, externos e opções políticas nacionais não favoreceram uma ligação descomplexada entre o Exército Português e o Exército Britânico; b) Se terá verificado alguma incompatibilidade cultural entre britânicos e portugueses que dificultou a assimilação da nova ideia.

Este pequeno estudo exploratório revela uma imensa área por explorar e que ajudará a compreender o que era a cultura militar, do exército, no início do século XX e como acontecimentos marcantes nacionais – a implantação da república e a Primeira República – e outros internacionais – a Grande Guerra – terão moldado essa cultura militar traduzida, em último caso, na proficiência das Forças Armadas para a Guerra.

A inovação que se angariou por força da participação militar do CEP no Teatro de Operações da Europa terá desaparecido, muito por força de fatores situacionais internos – a instabilidade política manter-se-ia por mais uma década – e externos, pois na nova ordem internacional o desinteresse dos países para com as suas forças armadas foi evidente.

Importa referir, ainda, que as sociedades divididas tendem a produzir fontes instáveis de identidade e de lealdade às chefias militares o que cria problemas de coordenação dentro das próprias forças armadas que restringem a prontidão para o combate e limitam as transformações. Assim, as organizações militares estão condenadas a refletir os problemas das sociedades a que pertencem e a colocar em perigo a capacidade de gerir a transformação (Stuberg, Salomone, & Long, 2007,18-19). O que aconteceu com o CEP foi, nas palavras de António Telo, um caso típico do efeito perverso da inovação militar apressada e imposta do exterior (2004, 376).

ARQUIVOS

Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa:

- Div1/Sec35/Cx1276/Nº1

National Archives, Public Record Office (NA-PRO), Londres (Kew Gardens):

- WO 106-546

- WO 106-550

BIBLIOGRAFIA

Baker, C. (2011). *The battle for Flanders. German Defeat on the Lys 1918*. (p. 218). South Yorkshire: Pen & Sword Books Limited.

Dolowitz, D. P., & Marsh, D. (2000). Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, 13(1), 5–24.

Farrell, T., & Terriff, T. (2002). The Sources of Military Change. In T. Farrell & T. Terriff (Eds.), *The Sources of Military Change* (pp. 3–20). Boulder.

Farrell, T., & Terriff, T. (2010). Military Transformation in NATO. In T. Terriff, F. Osinga, & T. Farrell (Eds.), *A Transformation Gap? American Innovations and European Military Change* (pp. 1–13). Stanford: Stanford University Press.

Fraga, L. A. de. (n.d.-a). Exército Português: preparado para a guerra? In A. Afonso & C. M. Gomes (Eds.), *Portugal e a Grande Guerra* (pp. 100–102). Lisboa: Diário de Notícias.

Fraga, L. A. de. (n.d.-b). O CEP marcha para o “front”. In A. Afonso & C. M. Gomes (Eds.), *Portugal e a Grande Guerra* (pp. 322–325). Lisboa: Circulo de Leitores.

Freiria, F. (1918). *Os Portugueses na Flandres* (p. 303). Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

Goldman, E. O., & Eliason, L. C. (Eds.). (2003). *The Diffusion of Military Technology and Ideas* (p. 415). Stanford: Stanford University Press.

Goldman, E. O., & Ross, A. L. (2003). The Diffusion of Military Technology and Ideas - Theory and Practice. *The Diffusion of Military Technology and ideas* (pp. 371–403). Stanford: Stanford University Press.

- Kier, E. (1996). Culture and French Military Doctrine Before World War II. In P. J. Katzenstein (Ed.), *The Culture of national security: norms and identity in world politics* (pp. 186–215). New York: Columbia University Press.
- Knox, M., & Murray, W. (Eds.). (2001). *The Dynamics of Military Revolution 1300-2050* (p. 203). Cambridge: Cambridge University Press.
- Magno, D. (1921). *Livro da Guerra Vol 1* (p. 270). Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Marques, I. P. (2002). *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra* (p. 444). Entroncamento: GODAL - Industria Gráfica e Comércio.
- Marques, I. P. (2004). *Memórias do General 1915-1919* (p. 238). Viseu: SACRE Fundação Mariana Seixas.
- Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra, Vol I* (p. 319). Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F. (1938). *Portugal na Grande Guerra, Vol II* (p. 351). Lisboa: Editorial Ática.
- Meneses, F. R. de. (2011). A grande aposta da república: o corpo expedicionário português. A *1ª República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império* (pp. 221–244). Lisboa: tinta da china.
- Millet, A. R., Murray, W., & Watman, K. H. (2010). The Effectiveness of Military Organizations. *Military Effectiveness. Volume 1 The First World War* (pp. 1–30). New York: Cambridge University Press.
- MNE. (1995). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II* (p. 383). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Murray, W. (1995). Does Military Culture Matter? *America the vulnerable* (pp. 134–151).
- Murray, W. (2011). *Military Adaptation in War. with fear of Change* (p. 342). Cambridge: Cambridge University Press.
- Murray, W., & Millet, A. R. (Eds.). (1998). *Military Innovation in the Interwar Period* (p. 428). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosen, S. P. (1991). *Innovation and the Modern Military. Winning the next War* (p. 275). Ithaca: Cornell University Press.
- Senior, M. (2012). *Hacking. A dutiful Soldier* (p. 308). South Yorkshire: Pen & Sword Military.
- Siegl, M. B. (2008). Military Culture and Transformation. *Joint Forces Quarterly*, 103–106.
- Simkins, P. (2003). *The First World War (3). The Western Front 1917-1918* (p. 78). Osprey Publishing.
- Stone, D. (2001). Learning Lessons, Policy Transfer and the International Diffusion of Policy Ideas.

Stuberg, A. N., Salomone, M. D., & Long, A. G. (2007). *Managing Defense Transformation. Agency, Culture and Service* (p. 214). Aldershot: Ashgate Publishing Limited.

Telo, A. J. (2004). Os começos do Século. *Nova História Militar de Portugal, Vol 3*. Circulo de Leitores.

Telo, A. J. (2010). *Primeira República I. Do sonho à realidade* (p. 445). Lisboa: Editorial Presença.

Miguel Freire
TCor Cav
Academia Militar